

Empresas exploram reservas indígenas

RIO-BRANCO — Madeireiras que atuam ilegalmente em áreas indígenas, chegaram a desmatar e retirar nos últimos anos madeira nobre na Amazônia peruana, na região do rio Alto Purus, fronteira com o Estado do Acre, para vendê-la no Brasil. Esta e outras denúncias, como a existência de trabalho escravo nos seringais do Acre e áreas de extração da castanha em Rondônia, foram feitas ontem, em Rio Branco, a dois procuradores da República que vieram de Brasília para acompanhar o Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros e o Primeiro Encontro dos Povos da Floresta.

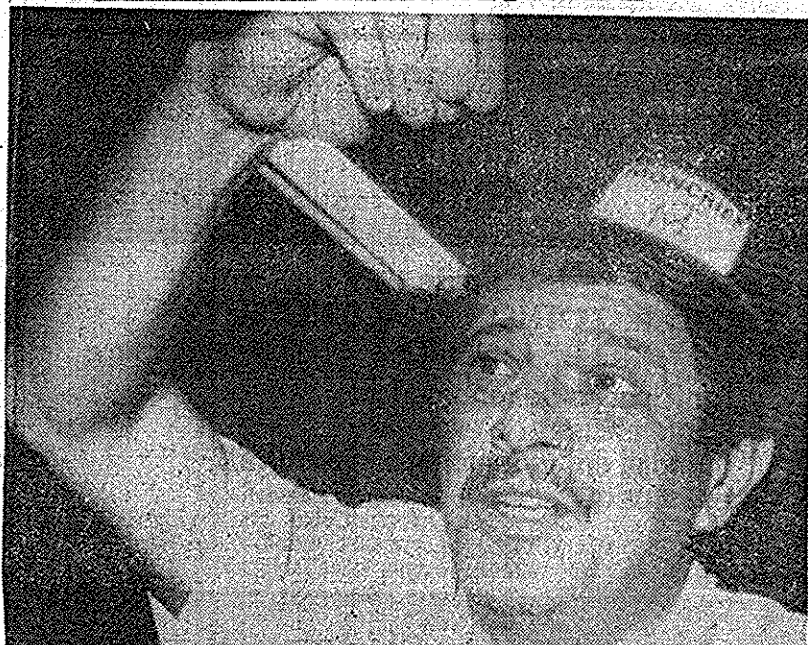
Os procuradores José Roberto Santoro e Carlos Eduardo Vasconcelos, anunciaram que visitarão algumas dessas áreas e já adiantaram, que, dependendo do quadro, o Ministério Público intervirá para processar os implicados e impedir novos desmatamentos. O governador de Roraima, Romero Jucá, ex-presidente da Funai, foi o principal acusado pelo desmatamento nas áreas indígenas do Acre e Rondônia. O presidente da Uni — União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, afirmou que a corrupção envolvendo Jucá, funcionários e até lideranças indígenas, cooptadas "é um escândalo do conhecimento até do consultor jurídico da Presidência da República, Saulo Ramos".

PRODUTORES DESCONTENTES
Os fazendeiros do Acre estão

muito apreensivos com as deliberações que seringueiros e índios possam definir até o final do Encontro dos Povos da Floresta. Ao mesmo tempo, acusam as lideranças do movimento de dramatizarem a respeito de conflitos pela posse das terras na Amazônia, especialmente as do Acre. A proposta de um zoneamento agroecológico e da criação de reservas extrativistas não agrada a nenhum dos produtores rurais da região.

O fazendeiro Dirceu Zamora, proprietário de 16 mil hectares e novo dirigente da UDR acreana, acusa a esquerda brasileira de tentar conter o desenvolvimento da região. "Seremos o celeiro da produção de alimentos do mundo", promete ele. O ex-presidente da UDR local, o também fazendeiro João Branco, diz que, se dependesse dele, apenas 5% dos 15 milhões de hectares do Acre seriam preservados. "Os ecologistas deveriam se preocupar mais com as 10 mil vítimas fatais da malária na Amazônia todo ano", acusa Branco.

João Branco chega a dizer que, se o governo brasileiro tivesse bom senso, desenvolveria no Acre todos os seus projetos de pesquisa nuclear. Segundo ele, a região é pouco povoada e a instalação de usinas nucleares representaria pouco risco no caso de um acidente. "O perigo é uma usina ficar no sul," explica ele.



André Dusek/AE

João Branco: em defesa de projetos nucleares no Acre